Os Programas Nucleares, a Política de Potência e a Inserção Internacional: uma Análise Comparada dos Governos Geisel e Lula

Autores:

Amanda Araujo Gouveia[1]

Douglas Ritter Baptista[2]

Felipe Penhalver da Costa[3]

Matheus Silva Amaral[4]

Raissa Guimarães Ribeiro[5]

Yuri Vinicius Monteiro da Silva[6]

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar como o Brasil, em governos diferentes – Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2010) –, buscou desenvolver a tecnologia nuclear de forma que pudesse se inserir no Sistema Internacional enquanto Potência Média, diversificando seus parceiros comerciais e estabelecendo um projeto nacional de desenvolvimento. Por fim, analisando, comparativamente, esses dois períodos.

Palavras-chaves: Programa Nuclear; Inserção Internacional; Governo Geisel; Governo Lula.

[1] Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ.
[2] Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ. E pesquisador da Unidade de Inteligência Comercial desta mesma Instituição.
[3] Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ.
[4] Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ.
[5] Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ.
[6] Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle – RJ.

1. Introdução

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o advento das explosões das bombas nucleares nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, o armamento nuclear torna-se uma questão fundamental das políticas de segurança dos Estados. A obtenção de tal tecnologia contribuía, não só para aumentar a capacidade ofensiva militar, mas diminuía os receios de ameaças externas. Seu uso militar elevou a capacidade de destruição e seu uso pacífico se tornou instrumento fundamental de superação do subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo que almejavam o título de potência global (FLEMES, 2010).

O Brasil se insere neste contexto, visto que como um país emergente e em vias de desenvolvimento também percebeu a relevância do poder nuclear no âmbito internacional para elevar sua categoria de potência. Deste modo, é possível compreender a presença da questão nuclear em dois momentos distintos da história do Brasil, no governo Geisel (1974-1979) e no governo Lula (2003-2010). O período da Guerra Fria, aliado a um forte crescimento econômico do país, levou Geisel a se encontrar numa posição confortável para iniciar um programa militar audacioso (BRASIL, 1977). Lula, por sua vez, encontra-se num contexto internacional multipolar onde a economia cresce com estabilidade proporcionada pela alta dos preços das *commodities* e, mais uma vez, o desenvolvimento nuclear é adicionado à agenda política do país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Historicamente, a política externa brasileira tem sido orientada, primordialmente, pela busca do país por desenvolvimento econômico e autonomia. Essa busca deu-se tanto por meio da aproximação ao principal polo de poder, os Estados Unidos (EUA), quanto pelo estabelecimento de parcerias diversificadas e ampliação da participação em organizações internacionais (PINHEIRO, 2004). Entretanto, apesar da alcunha de Potência Média, incapaz, portanto de infligir sozinha no contexto internacional, o Brasil não age em conformidade com esse adjetivo. Pode-se perceber nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula uma vontade de maior protagonismo no Sistema Internacional, buscando isso através de cooperações com países da América do Sul e África, maior aproximação com potências emergentes como China, Índia e Rússia, maior profundidade nas questões que envolvem o Mercosul, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e BRICS, relações mais maduras com os EUA e, em especial, o desejo de aumento da quantidade de cadeiras no Conselho de Segurança das Nações Unidas com participações de países emergentes como representantes regionais (LIMA,2005).

O presente artigo tem como objetivo analisar a inserção brasileira tomando como ponto principal as políticas de desenvolvimento de tecnologia nuclear, procurando responder a seguinte questão: de que forma o desenvolvimento da tecnologia de energia nuclear auxiliou o Brasil, nestes dois momentos históricos, a alcançar seus objetivos de projeção internacional?

A autonomia energética, de matrizes variadas, foi um imperativo para a era Geisel, que não por acidente histórico, sofreu com os choques do petróleo, em 1973 e 1978. Essa busca por autonomia, convergiu com o pensamento permeado dentro da elite militar, a política de transformar o Brasil em uma grande potência. Em especial, na obtenção e a posteriori, desenvolvimento nacional da tecnologia nuclear. E para além, na gestão Lula, compreendeu-se que possuir armas nucleares é um fator muito significante para a política externa dos Estados, pois fornece a capacidade de dissuasão necessária para garantir a sua sobrevivência. No caso brasileiro, o arsenal nuclear serviria para defender sua extensa fronteira e pontos chaves como a Amazônia e a chamada Amazônia Azul, denominado assim pela Marinha para caracterizar a imensa costa brasileira, que é uma grande fonte de

petróleo e por onde passa pouco mais de 95% do comércio internacional brasileiro. Hoje esta região é patrulhada por poucos submarinos e navios da Marinha, muitos deles com tecnologia ultrapassada.

Considerando então os dados acima citados, o artigo objetiva analisar como os projetos de avanço na tecnologia nuclear, tanto no governo Geisel, quanto no governo Lula buscaram solucionar os problemas de defesa do território, bem como a ampliação da projeção do país, através destes programas como grande potência no Sistema Internacional.

Este estudo supõe que a falta de um arsenal nuclear, no caso brasileiro, impacta a projeção internacional do país ao longo dos anos e os seus projetos de se tornar uma grande potência. Por outro lado, para uma Potência Média, a falta deste mesmo arsenal, ajudou o Brasil a efetivar diversas coalizões Sul-Sul e inserir-se amistosamente no sistema internacional, sendo considerado um país monstro[7] não assustador, como salientado por Lafer (2000).

Em ambos os governos estudados neste artigo, há um grande investimento em projetos e também um grande interesse brasileiro na tecnologia nuclear. Em Geisel, o governo buscou novas parcerias, como com a Alemanha, objetivando o fornecimento de tecnologia nuclear, e em Lula o governo fechou acordos para o projeto de desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro com a França.

Para a realização desta obra, a coleta de dados é realizada, principalmente, a partir de artigos e textos acadêmicos, dissertações e documentos oficiais que se relacionem com os objetivos propostos. São realizadas uma exposição histórica, a fim de estudar os eventos e os contextos que cercavam os dois momentos, e explicativa, buscando identificar os fatores que contribuíram para o sucesso ou não dos intentos dos dois governos.

Para cumprir o objetivo traçado e responder à questão apresentada, esse artigo se divide em cinco seções, além desta breve introdução. A primeira seção apresenta a discussão conceitual, que aborda os conceitos de poder militar, poder nuclear, *soft power*, *hard power*, política externa e política de defesa. A próxima seção apresenta um breve histórico sobre a inserção internacional do Brasil. As seções seguintes apresentam os estudos de caso, isto é, a análise do governo Geisel e do governo Lula. Por fim, a última seção oferece uma conclusão sobre o tema estudado.

2. Discussão Conceitual

2.1. Poder

Ao longo da história o conceito de poder se tornou objeto de estudo de numerosos pensadores desde Aristóteles a Mearsheimer, abarcando áreas como sociologia, política, economia e questões militares e geoestratégicas, por exemplo.

Thomas Hobbes (1968) argumenta que o “poder”, em última estância, é originado na sociedade impactando então o indivíduo. Para o autor a autoridade central, o Leviatã, é quem detém o “poder” e o monopólio do uso da força, ou seja, o governo, que é essa autoridade central, através de meios coercitivos, demonstra seu poder sobre a população de seu território e busca se impor sobre Estados rivais.

---

[7]L “Não é [...] um monster country assustador porque [...] tem um estilo internacional que se configura [...] por uma moderação construtiva que se expressa na capacidade ‘de desdramatizar a agenda de política exterior, ou seja, de reduzir conflitos, crises e dificuldades ao leito diplomático” (LAFER, 2000,p.260).

Nietzsche (1968) entende “poder” como a capacidade do que é real e moral sendo assim capaz de criar legitimidade, ou seja, para ele é a capacidade de definir a realidade. Ainda que de caráter mais intimista, o filósofo personaliza a busca por poder como caráter natural ligado a liberdade do indivíduo sendo, sobretudo, uma questão metafisica representando as relações políticas.

Como forma de legitimar a violência, Hannah Arendt (1970) traz o entendimento de que o “poder” existe como pré-requisito para a existência do governo como detentor do monopólio da violência, de forma que ele não é propriamente coerção, cujo emprego leva a tirania e eventualmente a deposição do governo, mas é, entretanto, coesão onde o “poder” é legitimado pelos indivíduos àquele governo e assim o sustenta.

No pós-Segunda Guerra Mundial o entendimento sobre “poder” passou a possuir um caráter militarista em sua concepção sendo definido por Inis L. Claude (1962) e Klaus Knorr (1973) como a capacidade militar, entretanto Knorr ainda discute a influência de capacidades não-coercitivas. Por sua vez, Waltz (1979) define “poder” como a capacidade de afetar outros mais do que eles o afetam.

Keohane e Nye (2012) caracterizam “poder” de duas formas distintas: *behavioral power* (poder comportamental), a habilidade de obter os resultados desejados, e *resource power* (poder de recursos), posse dos recursos necessários para se obter os resultados desejados. O *behavioral power* é dividido em *hard power* (poder duro), capacidade de persuadir outros a fazerem o que não desejam sob coerção, e *soft power* (poder suave), que é a capacidade de obter os resultados desejados porque os outros almejam o mesmo objetivo de forma que não é necessário recorrer a coerção, seja militar ou através de meios econômicos.

Para o propósito deste artigo, vamos nos ater as definições do cientista político John J. Mearsheimer (2001) cujo argumento é de que perseguir a hegemonia e obter o máximo de poder possível faz bem para a estratégia de um país. Assim como Knorr (1973) e Claude (1962), poder para Mearsheimer (2001) é a capacidade material controlada pelo Estado, sendo, desta forma, a sobrevivência seu fim mais claro. Ainda que não seja sua única forma, Mearsheimer (2013) assume que há um segundo tipo que seria o “poder latente” definido como a riqueza de um Estado e o tamanho de sua população.

Mearsheimer (2001) desenvolve 5 premissas que reunidas são os principais motivos para um Estado obter poder. Primeiro, Estados poderosos são os principais atores que atuam no Sistema Internacional anárquico. Segundo, todos os Estados possuem capacidade militar ofensiva, ou seja, são capazes de ameaçar e infligir danos aos inimigos. Terceiro, a incerteza, pois, nenhum Estado é capaz de compreender a natureza das intenções dos demais Estados, de modo que podem querer manter ou alterar a balança de poder vigente. Quarto, o principal objetivo dos Estados é a sobrevivência e, como tal, necessita de capacidade militar para conter ou aniquilar ameaças externas. Quinto, considerando que os Estados são entes racionais, estes são capazes de criar estratégias de modo a aumentar sua capacidade de sobrevivência.

A partir dessas cinco premissas, Mearsheimer (2001) argumenta que “poder” é essencial para a sobrevivência do Estado de modo que as ameaças externas sejam contidas, anuladas ou exterminadas.

2.2 Política Externa e Política de Defesa

Letícia Pinheiro define política externa como sendo o conjunto de ações e decisões de um ator das relações internacionais, em relação a outros Estados ou atores externos, como as organizações internacionais e atores transnacionais, que é dada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Sendo assim, se

baseia nos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua forma de inserção no sistema internacional, de acordo com seus recursos de poder (PINHEIRO, 2004).

A política de defesa pode ser definida como segurança militar externa, embora em grande parte dos países, como Brasil também esteja relacionada ao exercício da função de segurança interna (manutenção da lei e da ordem). Assim, a política de defesa regula a estruturação das Forças Armadas como instrumento de poder político nacional e garante que o poder militar das burocracias especializadas na utilização dos meios de coerção seja capaz de equilibrar as relações de força existente entre as nações (ALSINA JR., 2003).

Na busca por construir conceitos capazes de demonstrar interação entre política externa e política de defesa, é importante destacar a contribuição de um dos grandes expoentes do realismo, Raymond Aron (2002, p.73). O autor ressalta a complementaridade da política externa e da política de defesa ao enfatizar que os dois "denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do ´interesse nacional´". Para este autor, enquanto a diplomacia "se refere à arte de convencer sem usar a força", a estratégia é a "arte de vencer de um modo mais direto" (p.73). Assim, tanto a arte de convencer como a arte de impor são essenciais para os Estados, portanto a diplomacia e a estratégia (que se baseia nos meios militares) são políticas complementares. Sua tipologia depende de cinco aspectos centrais, abrangendo desde uma perspectiva institucional até a ação externa:

"(I) existência de canais formais e informais de diálogo entre burocracias envolvidas na formulação e implementação das duas políticas; (II) os mecanismos existentes devem ser fluidos e consequentes; (III) o diálogo institucional proporcionado por esses mecanismos deve ser plenamente congruente com as diretivas emanadas do Presidente da República – Comandante em Chefe das Forças Armadas e responsável último pela política externa – e com a Constituição Federal; (IV) a implementação das duas políticas deve ter por base não somente objetivos de curto, mas também de médio e longo prazos – derivados de amplo consenso político sobre a "grande estratégia" nacional; (V) a implementação das políticas deve ser a mais congruente possível, de modo que uma não venha a minar a outra" (ALSINA JÚNIOR, 2009).

Alsina Júnior (2003) diz que uma política de defesa deve ser alocada como uma política pública que se responsabilize por regular a estruturação das Forças Armadas como instrumentos do poder político da nação, e especialmente garantir que o poder militar gerado pelas três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) possa estabelecer o equilíbrio das relações de força e influências existentes entre os Estados no sistema internacional.

2.3 A Inserção Internacional do Brasil

Ao se falar de Inserção Internacional de Estados, percebe-se a estreita vinculação com a questão do poder nacional, cuja efetividade influi sobre o traçado de estratégias de inserção internacional.

> "O poder nacional, capacidade una e indivisível, pode ser estudado segundo suas manifestações, que se processam em 5 cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar, científica e tecnológica" Escola Superior de Guerra (2006, p. 23 e 27).

O poder nacional é formado por todos os recursos à disposição do Estado — noção, aliás, que não é nova. Na Idade Moderna, quando, na Europa Ocidental, se iniciou o processo de formação dos primeiros Estados nacionais, reis e príncipes já consideravam a utilização de todos seus recursos de poder para a consecução de seus interesses — necessidade gerada na percepção de que somente quem detém poder consegue gerar efeitos. A história registra que o emprego de recursos de poder para a superação de desafios tem sido uma constante ao longo da vida das nações. Nas grandes questões nacionais, o poder nacional deve ser empregado de forma integrada, o que varia são as gradações de intensidade na aplicação de cada um de seus componentes.

A defesa dos interesses nacionais é condição básica para uma inserção madura e independente do Brasil no cenário internacional. Essa ideia consolida a percepção de que a atuação do país no sistema internacional deve seguir uma estratégia independente, autônoma em relação a centros hegemônicos de poder. Num ambiente em que os Estados atuam visando à obtenção de seus interesses nacionais, a aplicação dessa estratégia encontra um sistema internacional formado por "uma complexa teia de situações de conflito, competição e cooperação entre Estados (e atores não estatais) em que a preponderância de uma dessas três situações depende da correlação de forças e interesses em cada região, em cada tema e em cada momento" (GUIMARÃES, 2005, p. 245).

A política externa brasileira ao longo do século XX foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano internacional, mesmo quando essa estratégia parecia levar ao alinhamento a uma determinada potência (EUA), esse período foi marcado igualmente por uma busca ininterrupta pelo desenvolvimento. Passando de um modelo agrário exportador, eminentemente primário, constituído como principal fonte de recursos da economia, para um projeto de desenvolvimento industrializante com forte participação do Estado (PINHEIRO, 2004). Mesmo tendo táticas distintas, o objetivo permanecia o mesmo: o desenvolvimento.

Desde a proclamação da República a política externa brasileira vem sendo analisada com seus dois paradigmas: o Americanismo e o Globalismo. O Americanismo é o paradigma que tem os EUA como eixo principal da política externa, já o Globalismo foi concebido como uma alternativa ao Americanismo, tendo a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para aumentar o seu poder de barganha.

A autora Letícia Pinheiro em seu livro "Política Externa Brasileira" subdivide esses dois paradigmas em quatro, sendo o Americanismo dividido entre o Americanismo Ideológico, que para a autora perdurou de 1946-51 (Eurico Dutra) e 1964-67 (Castelo Branco), e o Americanismo Pragmático que ocorreu no período de 1902-45 (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís e Getúlio Vargas), 1951-61(Vargas e JK) e entre 1967 e 1974 (Costa e Silva, Médici). Já o Globalismo, a autora subdivide em Globalismo Grotiano no período 1661-64 (Quadro e Jango) e o Globalismo Hobbesiano que vai de 1974-90 (Geisel, Figueiredo e Sarney).

O Americanismo Ideológico construído a partir de fatores normativo-filosóficos e de uma suposta congruência ideológica entre brasileiros e norte-americanos que justificava, por si, a aliança com Washington (AMORIM NETO, 2011), já o Americanismo Pragmático defende o aproveitamento das oportunidades dessa aliança com os Estados Unidos, cuja efetividade seria de natureza instrumental (AMORIM NETO, 2011).

O Globalismo, segundo Pinheiro, é uma combinação da crítica nacionalista da matriz americanista da política externa, com a visão cepalina das relações centro-periferia e com a matriz realista das RI. Sendo assim o Globalismo Grotiano é, em parte, contribuição do pensador holandês do século XVII, Hugo Grotius, que embora reconheça a anarquia do sistema internacional, supõe-se também poder ser regulado e que os Estados agem não apenas em busca de ganhos relativos, mas também absolutos. Já o Globalismo Hobbesiano é a simples interpretação do sistema internacional anárquico sem um poder central acima dos Estados, justificando assim, o princípio de autoajuda (AMORIM NETO, 2011).

Em 1985, com o fim do regime militar, ocorreram mudanças na política externa do Brasil, esse acontecimento ficou conhecido como a Crise dos Paradigmas. Nesse momento surgiram várias interrogações sobre a eficácia dos dois paradigmas que, até então, haviam se alternado para lhe dar sustentação: o Americanismo e o Globalismo. Para o autor Gelson Fonseca Jr. (2004), a política externa brasileira deve ser compreendida como uma busca permanente de autonomia, mas com contornos distintos em função dos diferentes ambientes gerados pela Guerra Fria e pelo período iniciado em 1990. A política externa durante a Guerra Fria se caracterizou "autonomia pela distância" entre o começo da década de 1940 e 1990, essa autonomia se manifesta pela distância em relação as ações do Bloco Ocidental, sobretudo em relação ao engajamento de assuntos militares. No pós-Guerra Fria a inserção internacional do país se destaca pela "autonomia pela participação" a partir de 1990, ou seja, buscar causar impacto na agenda internacional através de valores tradicionais como a diplomacia, mas sempre com pensamentos próprios e focados no ganho do próprio Estado, exemplos dessa nova inserção é o retorno ao Conselho de Segurança, presença do país em missões de paz da ONU e a intensificação do diálogo com a Europa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Antes de Lula chegar ao poder, tivemos como presidente da República o FHC, que utilizou o modelo de "autonomia pela participação" para se inserir politicamente no sistema internacional. Já no governo Lula podemos identificar como modelo de inserção internacional do Brasil a "autonomia pela diversificação". Como características desse modelo temos a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que a existência de tais acordos, reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Após esse breve histórico da inserção internacional do Brasil, cabe destacar alguns desafios que se impõem ao país. No artigo "Inserção Internacional do Brasil", Samuel Pinheiro Guimarães Neto (2016) , apresenta e enumera o que para ele representa os principais desafios enfrentados pelo Brasil para a estratégia de inserção internacional.

O autor em seu artigo argumenta que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil seria a redução gradual do nível de vulnerabilidade externa, tanto ideológica, econômica, como também política e militar, a articulação política da inclusão brasileira como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e nos organismos centrais de gestão da ordem mundial, a dotação das Forças Armadas de capacidade dissuasória adequada e compatível as necessidades territoriais e populacional, a articulação da defesa militar e política das fronteiras brasileiras e organização estratégica doméstica e regional de desenvolvimento da região dando uma atenção especial às questões indígenas, de meio ambiente e da biodiversidade. Outra dificuldade apresentada é a obtenção de acesso à

tecnologia de ponta e organização de programas efetivos de absorção e geração de tecnologia, a preservação da capacidade de ação política, militar e econômica do país em um mundo multipolar, arbitrário e violento e para tal resistir à estratégia das Grandes Potências no sentido de incorporar o Brasil, por meio de esquemas de integração supostamente apenas econômicos, como a ALCA, a seus respectivos polos de poder, articulação de uma aproximação real e prática, política e econômica, com outros grandes Estados periféricos que têm interesse estratégico em promover a multipolaridade do sistema mundial e por último e autor aponta a articulação de um bloco econômico e político na América do Sul, não hegemônico, com mecanismos de compensação e com processos efetivos de redução de desigualdades entre os Estados da região, a partir de um Mercosul reformulado (GUIMARÃES, 2001, p. 27-28).

3. Governo Geisel

A busca de maior projeção, influência e afirmação no cenário internacional, mostra que este objetivo é fruto de um longo processo que começa a tomar forma no primeiro Governo Vargas (1930-1945), quando a chancelaria brasileira foi instruída a somar esforços para a resolução do problema nacional do subdesenvolvimento, orientando-se no sentido de buscar maior autonomia nas relações políticas e econômicas do país, levando em conta a conjuntura internacional (CERVO,1992).

Anteriormente, a política externa com tom mais crítico e pragmático ocorrera nos Governos João Goulart e Jânio Quadros. A busca por maior independência e participação nos grandes temas da política internacional estaria inicialmente corroborada pelas condicionantes geográficas e naturais do país (FONSECA, 1998,), legitimando e naturalizando o direito brasileiro de ocupar um lugar entre os grandes.

Tais governantes, Quadros e Goulart, tomando como válidas essas premissas, e tendo em perspectiva a realização do projeto de potência, decidiram pelo crescimento econômico o mais autônomo possível e tomaram como imperativo, o desenvolvimento do país. Para tanto, passaram a executar uma política externa, mais independente do alinhamento de nosso tradicional aliado, os Estados Unidos; e comercialmente arrojados, trabalharam no sentido de aumentar o acesso brasileiro a outros mercados e reduzir sua dependência dos mercados tradicionais. Procuraram aproveitar a conjuntura internacional para atrair investimentos e aumentar sua capacidade negociação que abrissem novas possibilidades com fim de promover o desenvolvimento nacional. Desta feita que se constrói a ideia mais formada, de potência brasileira. Imaginário fortemente embasado no âmbito das Forças Armadas e de segmentos nacionalistas civis, que se altera ao longo da história, moldado pela conjuntura doméstica e internacional (WIGHT, 1985).

O regime militar é o ápice do pensamento de potência para o Brasil não por fatalismo histórico. A Escola Superior de Guerra (ESG), tida como a *Sorbonne brasileira*, tornou-se o grande centro de pensamento estratégico nacional, ao conseguir convocar as elites brasileiras a pensar um projeto nacional. A crença no potencial de superpotência do Brasil como “destino manifesto” ganhou força entre os militares, que, contudo, viam a necessidade de coadunar a elite civil a esse pensamento contemplativo de todos os campos/setores da sociedade. Dialogando o desenvolvimento com a segurança e os interesses nacionais para a “construção da nação”.

A própria noção de Brasil-Potência torna-se mais forte, ajudada pela propaganda, sobretudo na gestão Médici, a partir da expansão brasileira no mundo, respaldada por taxas de crescimento econômico assombrosas. Conduzindo talvez, o Brasil a realização

de seu “inevitável destino”. Contudo, essa trajetória não seguiu de forma linear e previsível de evolução. Mudando entre 1964 e 1985, desde a condução de práticas do Estado e direção da economia, até as concernentes à política externa, neste caso, indo, por exemplo, do alinhamento automático com os EUA, compreendido no paradigma de inserção americanista; até o globalismo da era Geisel, vislumbrando a cooperação como meio de auferir ganhos, dentro do sistema internacional, aos interesses brasileiros.

O período inaugurado com Geisel (1974-1979), é o apogeu deste pensamento, dentro do regime militar. Em sua gestão, formalizou-se uma política mais efetiva e agressiva em direção à afirmação da presença brasileira no sistema internacional e de aumento da sua influência no hemisfério sul, promovendo um retorno ao globalismo dos anos 1960.

A construção da política de potência em Geisel resgatou, em muitos pontos, os princípios da Política Externa Independente (PEI), de Quadros e Goulart, aprimorando-a e adaptando-a à nova conjuntura que se desenvolvia. As condicionantes infraestruturas mais favoráveis do país na década de 1970 – maior grau de industrialização, diversificação mais acentuada das ligações internacionais, bem como o crescimento econômico acentuado da gestão Médici – apresentavam um Brasil mais maduro e mais consciente de seu peso e relevância no concerto internacional.

A diplomacia do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” de Geisel fez uma revisão do discurso da PEI, prosseguindo seu caráter crítico, mas abandonando seu conteúdo utópico. Assim, a nova postura do Itamaraty, procurará se orientar por uma linha de ação mais objetiva na defesa exclusiva do interesse nacional. Se tomar por verdade a máxima que “as condições de riqueza ampliam o instrumental diplomático” (FONSECA, 1998, p.17), o Governo Geisel teria então diante de si uma oportunidade extraordinária de praticar “independência” em política externa, considerando que tais manobras sofriam as limitações impostas pela dependência brasileira de capitais e tecnologia.

Esta orientação pragmática, irá buscar novos caminhos para passar as dificuldades e dar continuidade ao projeto Brasil-Potência. Sob tal premissa e diante de um quadro internacional de crise econômica provocada pelo choque do petróleo, o Governo Geisel redefiniu as funções da política externa ao nacionalismo de fins concretos; a diplomacia, em instrumento mais ágil, buscando a cooperação, a expansão do comércio exterior, o suprimento de matérias primas, e insumos básicos e bens de capital (CERVO, 1992,). O universalismo tornou-se elemento à nova orientação da chancelaria, pois de consubstancia na multiplicação dos contatos internacionais para buscar maior autonomia diplomática, comercial e econômica, visando se afastar do campo hegemônico dos EUA. Para o Governo, a ideologia americanista que norteou as ações e influenciou as decisões tomadas pelos seus governantes anteriores, não trouxe, em contrapartida, o esperado “reconhecimento” de seu aliado preferencial, subvertendo-se em relações benéficas que respondessem aos anseios nacionais de desenvolvimento. Na verdade, a potência norte-americana não via com bons olhos o ímpeto “independentista” brasileiro. Chegando a condenar o Brasil em fóruns internacionais, como as Nações Unidas, por violações de Direitos Humanos. Conceito que começou a permear os debates políticos internacionais nos anos 1970, e recorrente na retórica do Presidente Jimmy Carter (VIGEVANI, 2003)

Nesse contexto, uma questão retorna forte: Visto que, em torno do Conselho de Segurança (CS) da ONU, cuja simetria era dada pela posse da bomba atômica e não propriamente pelo poder econômico, como ser potência efetiva sem a posse de tal artefato? O que fazer para abrir ao país as portas daquela Instituição e conquistar uma

vaga permanente no seletíssimo CS da ONU? Como ser uma potência e obter reconhecimento e respeito internacionais, condição fundamental para credenciar o país a participar e interferir nos grandes temas mundiais?

Diante de tal quadro, e tomado por esses questionamentos, ganhou nova dimensão no Governo Geisel a decisão de dar continuidade ao programa de desenvolvimento nuclear nacional por via da transferência de tecnologia estrangeira, oficialmente com o fim único de gerar eletricidade, inaugurado anteriormente em 1969, por Costa e Silva, com a compra do primeiro reator encomendado à empresa Westinghouse norte-americana (ROSA, 1991,).

Coerente com a tradição brasileira de se guiar diante de uma conjuntura internacional favorável, Geisel teria na crise mundial do petróleo e no grave quadro de consequências que se desenhava para o país – forte dependência do insumo e urgência em garantir o ritmo de crescimento econômico doméstico – argumentos para justificar sua decisão, tendo como imperativo a detenção dos meios mais modernos de produção de energia, garantindo, através da diversificação de sua matriz, a satisfação do suprimento energético inerente à pressa do crescimento econômico interno registrado desde o começo da década. (BRASIL, 1977,).

Geisel sob novas bases, trazia como principal inovação em relação ao antigo acordo nuclear, a exigência, selada em contrato, de um acordo de cooperação para transferência de tecnologia que abrangesse desde o ciclo completo do combustível até a produção dos reatores, com vistas de alcançar, em um período relativamente curto, a autonomia nacional no setor. Isto seria recusado pela companhia americana, dado a contenciosos entre o Brasil e os EUA, especialmente respaldados pela crítica americana à violação de Direitos Humanos cometido pelo Brasil.

Frente a isso, e reconhecendo o projeto nuclear como indispensável, a gestão Geisel vai buscar na Alemanha, um novo acordo que contemplasse os requisitos brasileiros para produção autônoma do ciclo do átomo, no prazo estimado. Pensava o Governo, em face dos efeitos positivos vislumbrados para a economia, em decorrência da transmissão de conhecimentos, abarcar também a qualificação técnica da mão de obra e a capacitação tecnológica das empresas nacionais na produção dos equipamentos e componentes nucleares (BRASIL, 1977), além, evidentemente, de garantir a autonomia energética. A revisão do modelo energético estaria, dessa forma, a serviço do desenvolvimento baseado na constituição de um setor de bens de capital nativo. Ambos eram necessários para sustentar o ritmo acelerado de crescimento econômico e o ingresso do país no mundo desenvolvido. que nos planos da gestão Geisel se daria com a conclusão do ciclo de industrialização, deslocando o centro da economia do setor de bens de consumo duráveis para o setor de bens de capital. Este movimento se destinaria a "(...) manter o impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento" (II PND, 1974, p.15) e concluiria a missão do Estado desenvolvimentista erigido a partir de 1930, por Getúlio Vargas.

Noutro ponto, o sucesso energético poderia estreitar o caminho para a real inserção internacional do Brasil no clube dos grandes, posto que, dominar os processos físicos para a produção de energia nuclear para fins não bélicos seria também capacitar-se, potencialmente, a produzir armas atômicas (CHAYES; LEWIS, 1978,). Mesmo dificultada pela assinatura de acordos internacionais anteriores ligados à questão da proliferação de armas nucleares e fosse combatida na retórica do Itamaraty. Deter tal tecnologia significava dispor da alternativa de desenvolvê-la ou não para fins diversos

que não-pacíficos, atribuindo ao Brasil, uma condição de respeito extraordinário, capaz de converter-se em ganhos reais na cena internacional.

O projeto nuclear brasileiro teve sua concepção na busca da afirmação da potência nacional e na projeção da influência do país no concerto das nações. Que atento aos requisitos da racionalidade, qualidade característica de sua administração, elege a eficiência da ação como instrumento para ampliar a autonomia do país e obter ganhos concretos. Nesse expediente, tornou-se legítimo e indispensável em face da crise mundial de energia, dar continuidade ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro tendo o cuidado de assegurar, através da formalização de um acordo de transferência progressiva de tecnologia com a Alemanha, o acesso completo à produção de energia atômica. Esperava o Governo, com a assinatura do acordo, garantir ao país o completo domínio do setor num futuro muito próximo, convertendo-o, em médio prazo, em resultados práticos, tanto em âmbito interno quanto, e principalmente, no cenário externo.

No desenrolar da era Geisel, a combinação dos efeitos das estratégias política, econômica e de política externa mudaram radicalmente a face do país. Os desdobramentos dessas políticas se fizeram sentir a curto, médio e longo prazos, pois conseguiram impor o Brasil à conclusão de seu ciclo industrial e o projetaram efetivamente no cenário internacional, uma vez que o caráter pragmático assumido pelo Itamaraty, em especial na figura do Ministro Azeredo da Silveira, partia do princípio que não poderia haver nem recusas nem solidariedades que interrompessem ou dificultassem o caminho para o desenvolvimento. Seu projeto de construção da potência brasileira buscava lastrear-se com desenvolvimento nuclear porque o entendia como um expediente agregador de benesses que encurtavam o caminho do desenvolvimento.

4. Governo Lula

Lula assume a Presidência da República em 2003, concluindo dois mandatos. A principal característica do início do seu governo é a grande estabilidade econômica presente tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito internacional, proporcionando a adoção de políticas de crescimento econômico como o Programa de Aceleração do Crescimento, criado em 2007.

O PAC proporcionou o planejamento e a execução de obras de infraestrutura social, urbana, energética e logística no país. Tinha como objetivo também, assegurar investimentos em setores estruturantes chaves da economia brasileira. Seu papel foi significativo durante o período de crise internacional (2008-2009) pois, amenizou os efeitos da crise no Brasil, garantido a renda dos brasileiros (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, 2017).

A Política Externa de Lula é caracterizada como autonomia pela diversificação:

> “autonomia pela diversificação” como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional.” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

Ou seja, durante seu governo, Lula procurou inserir o Brasil de maneira autônoma, diversificando tanto parceiros comerciais, como as suas opções estratégicas, buscando mais parcerias Sul-Sul para aumentar sua capacidade de negociar e dialogar com potências maiores.

A União de Nações Sul-Americanas (2008) pode ser considerado um esforço brasileiro visando a integração regional e, consequentemente uma maior projeção no sistema internacional. As áreas de cooperação contempladas na UNASUL são extensas passando por áreas estratégicas como energia e defesa, permeando por áreas como saúde e educação. Os objetivos da organização são claros, promover estabilidade política na região e consequentemente beneficiar a coordenação política dos Estados-membros. (ITAMARATY, 2017)

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano também é um fato significativo, os esforços para consolidar essa inciativa começam com a I Conferência dos Ministros de Defesa da Comunidade Sul-Americana de Nações em 2006, que buscava uma maior integração, consolidar uma área de paz e estabilidade e coordenar, com mais eficácia, o enfrentamento de ameaças enfrentadas pelos Estados-membros. Essa iniciativa não obteve sucesso, pois só contemplava a cooperação econômico da área de defesa e um segundo encontro nunca foi realizado. Em 2008, foi celebrado pelo Governo brasileiro o início dos encontros bilaterais dos Ministros de Defesa da América do Sul, visando formar uma identidade única de defesa sul-americana baseada em princípios comuns aos Estados com a prevalência dos Direitos Humanos (ABDUL-HAK, 2013, p.147).

Além deste contexto de grande cooperação regional durante o Governo Lula, houve a bysca por novas parcerias extras regionais. Como por exemplo, podemos citar o acordo feito pelo Presidente da República (Lula da Silva) e o Governo da República Francesa (Nicolas Sarkozy). Este acordo visava a troca de conhecimento acerca da produção brasileira de submarinos nucleares. Com esse acordo o Brasil procura deixar de ser um cliente no mercado de armamentos militares e almeja produzir seus próprios submarinos com reatores nucleares.

Apesar do Presidente Lula ter efetuado um discurso a favor do desarmamento nuclear, este acordo bilateral Brasil-França aumenta a desconfiança por parte de outras potências mundiais, em relação ao compromisso brasileiro com armas nucleares. Com a tecnologia compartilhada da França, o Brasil passa a ter a capacidade de produzir armamentos nucleares, pois as ferramentas necessárias no processo de confecção do reator necessário para o submarino nuclear completam o domínio brasileiro do ciclo do combustível nuclear.

As vantagens estratégicas que o Estado brasileiro ganharia na produção independente do submarino nuclear, e eventualmente na confecção de um armamento nuclear são extensas, passando por aspectos políticos, econômicos, militares, legais e cientifico-tecnológicos. A necessidade do submarino nuclear para a Marinha Brasileira, especificamente durante o Governo Lula é evidenciada quando o Estado Brasileiro se vê incapaz de proporcionar uma proteção adequada a duas áreas de grande importância geopolítica brasileira. A primeira, a Amazônia devido ao seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade. A segunda, a chamada Amazônia Azul pela Marinha Brasileira com aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados (MARINHA DO BRASIL, 2017) garante uma enorme vantagem econômica para o Estado brasileiro. O submarino nuclear se faz necessário como ferramenta tanto de proteção destas extensas áreas, e como simples instrumento de dissuasão.

A capacidade que o submarino nuclear possui de percorrer grandes distâncias rapidamente e permanecer submerso por um grande período de tempo garantirá a proteção necessária para essas duas áreas estratégicas. A vantagem que um submarino nuclear possui sobre uma embarcação militar comum, é demonstrada durante a Guerra das Malvinas, em 1982, quando um submarino nuclear britânico afunda um cruzador argentino sem muito esforço, causando a imobilização da esquadra argentina (HECHT, 2007, p. 30). Em contrapartida segundo Costa (2004, p. 46) a aquisição deste armamento militar, pode trazer desconforto na relação entre Brasil e EUA, que por sua vez, não se vê contestado em sua própria área de influência, o Atlântico Norte, mas a partir das políticas adotadas pelo Governo brasileiro isso muda (COSTA, 2004, p. 46).

> "Nessa perspectiva, uma eventual contestação por parte do Brasil, por diversos motivos, incluindo uma possível projeção brasileira no espaço geográfico de seu interesse imediato, é uma hipótese que, no seu entender, deve merecer atenção especial no tocante à problemática de defesa do Brasil. Para ele, essa possibilidade de contestação é a que mais insegurança pode trazer ao futuro do País, devendo ser então a hipótese edificadora da formulação para a segurança e defesa do Brasil. " (COSTA, 2004, p. 47 apud em HECHT, 2007, p. 32).

Neste contexto Lula da Silva dispôs cerca de R$ 1 bilhão, para serem liberados R$ 130 milhões em parcelas anuais durante oito anos. Devemos lembrar também que esses recursos transcendem o uso puramente militar, o domínio desta tecnologia permite transformar minério radioativo em energia, que se torna fundamental para o desenvolvimento e progresso do Estado brasileiro (MARINHO, 2007, p. 44 apud HECHT, 2007, p. 26).

O Brasil figurava entre as dez maiores economias do mundo, porém grande parte desta economia passa pelo Atlântico Sul além de possuir uma significativa reserva de petróleo nesta área que atrai olhares do mundo todo. Neste contexto o Brasil deve dispor dos meios necessários para a proteção dessa indispensável área econômica brasileira, sejam eles apenas com o submarino nuclear, ou até com a eventual produção de um armamento nuclear (HECHT, 2007, p. 37).

Por fim, o Governo Lula investe nessa área sabendo que é imprescindível a aquisição de um poderio militar à altura de um país que aspire ser grande potência em um futuro não muito distante. Mesmo que esse interesse possa, eventualmente, trazer uma certa inquietação por parte de outras potências globais.

Sabendo disto, e compreendendo que a cooperação internacional, especialmente com países do Sul global, propõe mais diversificação e permite, portanto, maior autonomia decisória de política externa, esta, coadunada com o interesse nacional, que as políticas e iniciativas celebradas durante o Governo Lula da Silva projetam o Estado brasileiro com mais firmeza no cenário internacional, principalmente a partir dessas organizações regionais como a UNASUL. Logo, buscando maior inserção no âmbito internacional o Brasil coopera em áreas como Defesa e Energia com nações do Norte, e foca seus esforços em cooperações voltadas em desenvolvimento com nações regionais, conseguindo assim, se inserir em ambas as áreas.

5. Considerações Finais

Diante da análise feita no presente estudo, é possível perceber claramente os períodos na história oportunos para que o Brasil desenvolvesse a tecnologia nuclear e elevasse seu patamar de país emergente rumo ao desenvolvimento. Conceitos de poder foram analisados a partir da ótica de autores consagrados, onde seus pensamentos eram facilmente aplicados à política, economia e segurança.

O artigo teve como base da análise o conceito de poder definido por Mearsheimer (2001), onde a busca incessante pela hegemonia deve ser baseada na acumulação de poder. O cientista político concordava com Knorr (1973) e Claude (1962) sobre a necessidade do poder material e militar para a sobrevivência do Estado, além da força da população. Suas cinco premissas eram ditas com vitais para a que um Estado sobrevivesse às ameaças externas, anulasse seus inimigos e os exterminasse (caso necessário).

A história mostra que os objetivos dos Estados na busca por poder só são atingidos após o emprego de todos seus recursos. Guimarães (2005) afirma que a política externa deve ser autônoma e independente para que a inserção do país no cenário internacional seja benéfica única e exclusivamente para os interesses nacionais, deixando interesses das potências hegemônicas em planos secundários.

O pensamento de Gelson Fonseca foi trabalhado quando a questão foi a incessante busca pela autonomia no período da Guerra Fria, tais autonomias divididas em pela "Distância" (principalmente militar) das ações dos EUA; e pela "Participação" quando após 1990 o país participa mais ativamente das principais atividades da agenda internacional como presença em missões de paz da ONU e presença no Conselho de Segurança. A autonomia pela diversificação de Lula marcou o maior foco do país nas Relações Sul-Sul, vide a busca pela redução de assimetrias nas relações. O Brasil negociou com países com menor poder e poderia aumentar sua capacidade de barganha.

A ideia de "Brasil – Grande Potência" não surgiu exatamente no Governo Geisel, o projeto de superar o subdesenvolvimento começado no primeiro governo Vargas mostrou a mudança de pensamento da cúpula desenvolvedora de política externa brasileira. Desde então, o país projeta um lugar entre as grandes potências, com apoio ou não das economias mais tradicionais (principalmente os EUA). Essa política mais independente tentava tirar proveito da conjuntura internacional e abrir novas possibilidades para o desenvolvimento interno.

Geisel, conseguiu diversificar o projeto nacional, inicialmente energético, focando em áreas como defesa e desenvolvimento. A política externa brasileira, com novas diretrizes universalistas, buscou menos das grandes potências que forneciam capital e tecnologia, dado um cenário internacional desfavorável para as intenções do brasil (Crise do Petróleo), para a expansão do comércio exterior e o aumento do fornecimento de matérias primas para uma gama de novos mercados e distanciava o país, ainda mais da dependência dos Estados Unidos.

Visando esse novo passo (e um dos mais importantes), a necessidade da obtenção da bomba atômica aumentava, vide que tal arma tinha mais peso para entrar no alto escalão das nações, como o Conselho de Segurança, por exemplo, Geisel viu a oportunidade perfeita para continuar o projeto, a partir do iniciado por Costa e Silva em 1969, com o reator de Westinghouse. O presidente continuava com o discurso de prioridade no desenvolvimento nacional e aproveitando a crise internacional para justificar a continuação do projeto nuclear, sob a retórica, não falsa, de autonomia energética, para manter o ritmo de crescimento brasileiro.

O acordo com os EUA para a transferência de tecnologia foi recusado pelos americanos com a justificativa formal de violação dos Direitos Humanos, mas acredita-se que os americanos não viam com bons olhos o crescimento brasileiro. Geisel então busca então na Alemanha um acordo que cumprisse seu prazo de desenvolvimento

atômico. O sucesso do projeto inseriria o país no tão sonhado patamar de potência, além das vantagens que o poder nuclear traria para a capacidade de sobrevivência nacional e proteção do território.

Ainda tentando embargar o acordo Brasil-Alemanha, a imprensa aliada ao congresso americano realiza pressões em diversos campos (ecológico, político e econômico) com questionamentos como: destino do lixo atômico. No plano interno, críticas da comunidade científica dificultavam a continuação da parceria. Manifestações sociais também contribuíram para a instauração da CPI que investigava irregularidades no acordo e que resultou na instalação de duas das oito centrais nucleares previstas.

Lula assume em 2003 com uma política externa que buscou parcerias Sul-Sul para ter maior poder de barganha com as grandes potências. Diferente de Geisel, que tinha como pauta a busca por tecnologia nuclear, Lula não citava em discursos, mas algumas de suas alianças mostravam que existia um interesse no projeto, vide o acordo com a França de Sarkozy para adquirir conhecimento e produzir seus próprios submarinos com tecnologia nuclear.

Apesar de sempre defender publicamente o desarmamento nuclear, a parceria com os franceses ampliava as suspeitas sobre o interesse brasileiro em desenvolver a tecnologia atômica, o que inegavelmente traria inúmeros benefícios políticos, militares, econômicos e consequentemente, sociais. Militarmente, o Brasil teria melhor capacidade de proteger a Amazônia e sua costa, também chamada pela Marinha de Amazônia Azul.

Além da proteção das “Amazônias”, o submarino nuclear seria crucial para uma possível tentativa de acesso ao petróleo do Pré-Sal, que é de desejo mundial, já que o submarino tem uma capacidade bélica maior que muitos navios maiores, percorre enormes distâncias em pouco tempo e pode ficar submerso por um enorme período ainda. É analisado no texto o exemplo do submarino nas Malvinas, onde a Inglaterra teve enorme vantagem com seu uso.

Porém, um dos maiores impeditivos seria a negativa das grandes potências quanto ao crescimento brasileiro, vide nossa (já provada) enorme capacidade de crescimento. Até porque, o Brasil sempre foi considerado uma nação pacífica e com política externa que justificasse tal classificação. Ao adquirir armamento nuclear, seria demonstrada uma drástica mudança nesse panorama de pacificidade e o país seria considerado ameaça a muitas outras nações.

Outro ponto relevante para o findar este artigo, é reconhecer no modo de condução da política externa dos anos do governo Lula, a clara identificação de semelhanças com os movimentos políticos do governo Geisel, sobretudo sua decisão de sustentar uma postura arrojada e de cunho autônomo na busca de resultados que atendessem aos interesses nacionais. As similitudes se desdobraram desde a decisão de maximizar os parceiros comerciais brasileiros, bem como as posições defendidas pelo país nos fóruns internacionais. Neste – além de atuar como porta-voz das nações em desenvolvimento ao chamar atenção dos países ricos para o aumento da inequidade econômica entre ambos – procurou dar visibilidade ao Brasil, na luta para que o mundo reconhecesse suas potencialidades e o mérito de sua condição singular entre os países em desenvolvimento.

De maneira obstinada, buscou um lugar de destaque nos organismos multilaterais, sobretudo no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, defendendo uma distribuição mais justa do poder mundial de modo a atribuir a instituição uma face mais representativa da geopolítica atual, e através da presença brasileira, assegurar a representação dos interesses dos países emergentes. No contexto interno ressuscitou a discussão do desenvolvimento nacional sob a égide de um planejamento estratégico com começo, meio e fim; ao mesmo passo que internacionalizou esse projeto.

Referências Bibliográficas:

_____. O programa nuclear brasileiro. Brasília, 1977.

_____. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975-1979, Brasília, 1974.

AMORIM NETO, Octavio. *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Ed. Campus, 2011, p.47 a 57.

CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

CHAYES, Abram; LEWIS, W. Bennett. O ciclo do combustível nuclear. Rio de Janeiro: Atlântida, 1978.

CLAUDE, Inis L., Power and International Relations, Random House, Nova York, 1962.

COSTA, D. O Brasil diante dos Desafios Internacionais de Segurança e Defesa. In: PINTO, J. R. A. et al. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança: O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. v. 2.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico da ESG*. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

FONSECA JR, Gelson. Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável. Rio de Janeiro: IRI-PUC, s.d. Mimeo.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na Era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Inserção Internacional do Brasil*. Economia e Sociedade, Campinas, (17): 1-31, dez. 2001.

HECHT, L.A.R. Submarino Nuclear: Sua importância e estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro, 2007. p 27-38. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

HOBBES, Thomas, Leviatã, Harmondsworth: Penguin, Londres, 1968.

KEOHANE, Robert O., JR, Joseph S. Nye, Power and Interdependence, ed. 4, Pearson, Nova Jersey, 2012.

KNORR, Klaus, Power and Wealth: The Political Economy of International Power, Basic Books, Nova York, 1973.

MARINHA DO BRASIL. Amazônia Azul. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

MEARSHEIMER, John J., Structural Realism em DUNNE, Tim, KURKI, Milja e SMITH, Steve, International Relations Theories: Discipline and Diversity, Oxford University Press, Oxford, 2013.

MEARSHEIMER, John J., The Tragedy of Great Power Politics, Norton, Nova York, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich, The Will To Power, Vintage Books, New York, 1968.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Sobre o PAC. Disponível em : <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

ROSA, Luiz Pingueli; Barros, Fernando de Souza; Barreiros, Suzana Ribeiro. A política nuclear no Brasil. São Paulo: Greenpeace, 1991.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto internacional, v. 29, n. 2, p. 283-290, 2007.

WALTZ, Kenneth, Theory of International Politics, Addison-Wesley, California, 1979.

WIGTH, Martin. **A política do poder**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.